

Terça-feira, 5 de julho de 1988

INPS cobrará mais para pagar benefícios

BRASÍLIA — O Governo aumentará a contribuição à Previdência Social para arcar com o pagamento da elevação dos benefícios, se a Constituinte mantiver no segundo turno decisões nesse sentido aprovadas na semana passada. Os Ministros da área econômica não vêem outra alternativa para suprir a Previdência de mais recursos e consideram simplista a utilização do Finsocial com esta finalidade.

Fonte do Governo ironizou, dizendo que o Executivo espera que nas próximas votações a Constituinte crie receitas — o que é impossível — para alimentar as despesas que já aprovou. Caso contrário, o Governo será obrigado a fazer isso por projeto de lei imediatamente após a promulgação do novo texto.

Pelas contas oficiais, somente as despesas com a atualização das aposentarias — a serem pagas seis meses após a aprovação da nova Carta, aproximadamente em abril de 1989 — atingirão CZ\$ 500 bilhões a preços de 1988. Este é o valor da arrecadação prevista este ano para o Finsocial, que, segundo as Disposições Transitórias, deverá ser utilizado para custear a atualização dos ganhos de 7 milhões de aposentados.

Diante disso, os técnicos da área econômica se perguntam como ficarão os setores — saúde, assistência social, desenvolvimento regional, reforma agrária e Justiça — beneficiados hoje pelo Finsocial. Mas dizem que pior para o Tesouro serão os custos gerados pelos demais benefícios aprovados no primeiro turno — mudanças no 14º salário, pensões, sa-

lário mínimo para idosos sem contribuição etc. Esta conta poderá chegar a CZ\$ 1,3 trilhão.

Isto acontece no momento em que a Previdência Social deverá apresentar este ano déficit estimado em 0,33 por cento do PIB — CZ\$ 270 bilhões —, o primeiro nos últimos três anos, quando o sistema tivera um reequilíbrio financeiro graças à recuperação dos salários promovida na primeira fase do Governo.

Na verdade, o aumento de despesas da Previdência, somente para atualização das aposentadorias, equivale a um valor maior do que a anistia dos inadimplentes do Cruzado e, segundo as autoridades econômicas, coloca o Executivo diante de uma seqüência incontrollável de pressões sobre os cofres da União.